



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140915 - MG (2021/0003177-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : VINICIUS BARBOSA GONCALVES
ADVOGADO : RAFAEL FERNANDES PEREIRA - MG150767
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VINICIUS BARBOSA GONCALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.556947-8/000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que "vem sendo submetido a intenso constrangimento ilegal, na medida em que fora preso em circunstâncias contrárias ao arcabouço normativo, e, não obstante, teve sua prisão decretada sem que se apontasse qualquer fundamento concreto a respeito do seu cabimento" (fl. 150).

Narra sobre a ilicitude das provas em razão da invasão de domicílio realizada pelos policiais militares, "posto que a ação foi engendrada sem competente mandado de busca e apreensão ou que houvesse circunstâncias concretas que indicassem tratar-se de flagrância de crime qualquer" (fl. 153).

Aduz que (fl. 155):

[...] a simples alusão ao suposto recebimento de invólucro do correio, que quer versava sobre tráfico, não seria suficiente para justificar a devassa da residência do paciente sem a sua permissão ou decisão judicial devidamente fundamentada, sendo certo ainda que, conforme preleciona a célebre supratranscrita doutrina, há que se ter prévia visibilidade de flagrância, não bastando meras ilações produzidas segundo denúncias que sequer foram comprovadas pelos policiais militares.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para declarar o trancamento da ação em razão da ilicitude das provas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "o trancamento da ação penal ou inquérito policial por meio do *habeas corpus* é medida excepcional. Por isso, será cabível somente quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no HC n. 615.321/PR, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 12/11/2020), o que torna a impetração de liminar em plantão momento inadequado à pretensão de trancamento da ação penal.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente